

**MIGRAÇÕES INTERNAS NO SERTÃO DAS GERAIS:
“A ESPERANÇA DE MELHORIA DE VIDA”**

**INTERNAL MIGRATIONS IN THE BACKWOODS OF MINAS
GERAIS: “THE HOPE FOR LIFE IMPROVEMENT”**

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula^{*}

João Cleps Júnior^{**}

RESUMO: Este trabalho apresenta reflexões sobre a dinâmica migratória interna - rural no Brasil, com ênfase para o Norte de Minas Gerais. A esperança dos migrantes na “melhoria de vida” e a importância das migrações para a compreensão das relações sócioespaciais, especialmente na cidade de Montes Claros.

PALAVRAS-CHAVE: Migração interna, relações sociais, mercado de trabalho, desemprego, políticas públicas

ABSTRACT: This work intends to present some considerations on the internal and rural migratory dynamics, mainly in the north of Minas Gerais. It is concerned about the migrant’s hope for life improvement and the importance of internal migrations for the understanding of the socio-space relations, especially in the city of Montes Claros.

KEY WORDS: Internal migration, social relations, labor market, unemployment, public politics

* Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Mestre em Geografia, área de concentração: Planejamento sócioambiental - Universidade Federal de Uberlândia -UFU. andreamn@uai.com.br

** Doutor em Geografia pela UNESP e Coordenador de Graduação em Geografia da UFU. Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Orientador de pesquisa de mestrado. jcleps@ufu.com.br

Migrar (...) é viver, em espaços geográficos diferentes (...) é viver como presente e sonhar como ausente. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (José de Souza Martins).

1. INTRODUÇÃO

Sentado à espera de atendimento no Posto do SINE - Sistema Nacional de Emprego, em Montes Claros, o Sr. José relembra a “roça” de algodão deixada em Porteirinha, pequena cidade no Norte de Minas, onde a seca “castigou” e nada foi possível colher. As informações de que em Montes Claros teria um emprego na construção civil impulsionaram sua vinda, e de toda a família, para a casa de um primo, que está na cidade há alguns anos. O Sr. José tem 39 anos, 05 filhos e uma companheira. Está há um mês na cidade e até agora “nada” de trabalho. Ele vem todos os dias ao Posto do SINE para saber das vagas oferecidas: “Sabe dona, não tenho estudo, mas tenho braços forte de plantar roça”. Quando perguntado por que veio para a cidade, responde:

Na roça acabou tudo, não tem trabalho, não tem comida, e a terra já não é nossa, tivemos que saí. Falaram prá esperar, que vai vim um tar dum programa, que vai te melhora, mas.. já é velha esta história. E de esperança agente veve, de expectativa não.

Quase 26 milhões de brasileiros deixaram seus municípios, segundo o IBGE, na década de 80. As idas e vindas da população têm os mais variados motivos, mas todos em busca da melhoria de vida: melhores oportunidades de trabalho, melhores condições de educação, de saúde, de serviços públicos, enfim, uma busca por um lugar melhor para se viver.

O mundo rural tornou-se um “novo mundo rural” decorrente do processo de industrialização da agricultura, que modifica as relações sociais causando transformações no que tradicionalmente denominava-se meio rural e meio urbano.

No mundo do trabalho, as modificações na agricultura transformam e aumentam a produtividade, provocando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novas formas de produção baseadas na tecnologia e no aumento da produtividade; são velhas formas de dominação onde os pequenos agricultores e trabalhadores rurais tornam-se totalmente subordinados ao capital.

A consolidação deste processo, através dos CAI- Complexos agroindustriais, não superou a dicotomia no mundo rural: de um lado, a concentração de terra; do outro, a exclusão e a expulsão da população rural. A migração interna continua a ocorrer, com novas características. Segundo dados preliminares do censo 2000, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. No início do século XXI, famílias inteiras de trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores continuam “correndo trecho”, buscando fugir da miséria, tentando manter a esperança de algum dia voltar ao campo, ao município de origem. Sonhando com a possibilidade de ascensão social e econômica na cidade, de um jeito ou de outro chegam e partem ávidos por condições dignas de vida.

Entende-se por migração o deslocamento espacial das pessoas: este ir e vir em busca de melhores oportunidades. SOUZA (1980:35) define o migrante como “sendo aquele indivíduo de qualquer classe social, que resolveu abandonar o seu município de nascimento para fixar residência noutro”. WANDERLEY (1999:23-53) coloca que a migração funciona com duas faces: “esperança e fracasso”.

BECKER (1997) chama atenção para a necessidade de entender o processo migratório através dos enfoques neoclássico e neomarxista. A autora enfatiza que a mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes — o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social. A mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto “histórico-estrutural” considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo, da expropriação dos trabalhadores rurais.

A mesma autora destaca que os enfoques neoclássico e neomarxista tendem a explicações profundamente gerais, sendo, portanto, necessário o estudo dos níveis microrregionais e locais. Importante a análise do “não migrar” como forma de resistência dos trabalhadores aos conflitos sociais nas áreas de origem.

Sob o enfoque das transformações das relações sociais decorrentes da mobilidade espacial, este artigo pretende discutir a dinâmica migratória no Norte de Minas Gerais, que, embora pertença à região mais próspera do país, o Sudeste, é reconhecidamente uma das áreas mais pobres, tendo, inclusive, incentivo do poder público Federal, como se, do Nordeste fizesse parte, sendo considerado, então, como Região Mineira do Nordeste (RMNE). A investigação principal deste artigo refere-se ao processo de inserção no mercado de

trabalho pelos migrantes rurais, principal motivo de levá-los a migrarem para o meio urbano da cidade de Montes Claros.¹

2. DINÂMICA MIGRATÓRIA NO BRASIL: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES

Ao longo da história do Brasil vem se consolidando uma estrutura fundiária fortemente concentradora. As capitâneas hereditárias, as sesmarias, o fim da escravidão e as leis de terras de 1850 incentivaram uma distribuição desigual da terra. Grandes extensões de terra foram entregues a poucos proprietários. “O cativo humano termina, começa o cativo da terra”. (FERNANDES:2001:2)

O modo de produção capitalista, desde o capitalismo mercantilista, privilegiava determinado produto de exportação em detrimento de outros produtos. Com o capitalismo Industrial também não foi diferente, a polarização em determinadas regiões aumentou as disparidades regionais, elevando o fluxo migratório em direção aos centros urbanos. De 1964 aos anos 90, ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base no paradigma tecnológico da Revolução Verde, que beneficiou mais uma vez as grandes propriedades. Este modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de 1960 resultou numa efetiva penetração do capitalismo no meio rural.

A Constituição dos “Complexos Agroindustriais” – CAIs, incentivados pelo Estado, modernizou a agricultura, concentrou ainda mais as terras e liberou grande contingente de agricultores, pequenos proprietários e trabalhadores rurais. O desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. Neste processo, as transformações na base técnica são irreversíveis e o processo do trabalho também sofre modificações profundas. A passagem da subordinação indireta à subordinação direta do trabalho ao capital diminui a absorção de mão-de-obra no campo, contribuindo enormemente para o aumento do êxodo rural. O homem do campo migrou para as cidades (VER TAB.1), transformando o país agrícola em uma nação urbana.

¹ Este artigo baseia-se na Pesquisa: “Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: A esperança de Melhoria de Vida.”; tema da dissertação a ser apresentada no mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia e vinculada, também ao grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da UNIMONTES.

Tabela 1

ANO	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856
2000	83 576 015	86 223 155	66 882 993	71 070 966	16 693 022	15 152 189

População presente - FONTE: - “Estatísticas Históricas do Brasil”/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; “Anuário Estatístico do Brasil”/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996; “Contagem da População 1996”/ Rio de Janeiro:IBGE,1997,v. 1.

Conforme mostra acima, a partir da década de 60, observamos a ocorrência de um intenso processo migratório campo-cidade no Brasil em consequência da mecanização do campo. Os dados revelam que a década de 80, também chamada de “década perdida”, foi marcada por intenso fluxo migratório rural-urbano, dada a estagnação econômica aliada ao forte papel do Estado nas políticas desenvolvimentistas. Assim, o capitalismo foi consolidado no campo e intensificou-se a urbanização desordenada.

O papel centralizador do Estado nesta política de desenvolvimento agrícola foi caracterizado por Bernardo Sorj (1986:65-83), cronologicamente, da seguinte forma: No período de 1961 a 1964, as estratégias estatais eram baseadas em dois projetos: o primeiro projeto favorecia um caminho distributivista, ou pelo menos de eliminação dos setores latifundiários mais atrasados. O segundo projeto orientou-se fundamentalmente para a integração vertical (setores dependentes) e para o incremento da produção através do aumento da produtividade. Do período de 1964 a 1969 não houve efetivação de políticas de reforma agrária; de 1970 a 1973 ocorreu a substituição de uma proposta de reforma agrária por programas localizados, orientados para resolver problemas fundiários em locais específicos. De 1973 a 1978, inverteram-se os termos do problema fundiário, como este sendo causado pelo minifúndio.

O autor destaca que o sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial, as necessidades de abastecimento interno e as exportações através de um conjunto de medidas entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado.

O avanço do capitalismo não modificou as antigas relações de dominação e exploração, mas “balizaram, suscitaram, motivaram a consolidação mundial do Estado” (LEFEBVRE apud MARTINS, 1996:56).

Constata-se a inevitável concentração de renda, a política assistencialista governamental e as conseqüências deste modelo: metropolização da pobreza, mercado informal de trabalho, êxodo rural como forma de sobrevivência e esperança. O “Estado Mínimo” agora tenta viabilizar políticas públicas de emprego, renda, agricultura para manter o homem no campo ou apoiá-lo na cidade. A constatação de grande parte da população em situação de pobreza extrema demonstra que as políticas públicas ainda não trouxeram resultados que mereçam comemorações. A modernização agrícola baseada no grande latifúndio representou um processo de crescimento econômico, visto que a produtividade das matérias-primas agrícolas para a indústria e para a exportação cresceu aceleradamente a partir da década de 60. No entanto, esse modelo foi, e continua sendo, obstáculo ao processo de desenvolvimento social. A maioria da população não pode adquirir produtos essenciais à sua sobrevivência.

Por outro lado, o setor urbano industrial não está capacitado para absorver o crescente contingente da força de trabalho provocado pelo fluxo descontrolado de trabalhadores rurais “expulsos” do campo.

o modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que se desenvolvem em mútua oposição. (MARX apud GRAZIANO DA SILVA. 1998:2)

A integração da economia ao processo de globalização e a conquista da “estabilidade financeira” foram os fatos marcantes dos anos 90². Em decorrência dessa dinâmica, o emprego e a força de trabalho se deslocam, essencialmente, do setor secundário para o comércio e prestação de serviços (economia informal), o homem do campo continua a migrar para as grandes cidades e temos uma nova forma de inserção no mercado de trabalho: categorias de empregadores e de empregados transformam-se em “autônomos”.

² Para Santos (1999), temos três tipos de globalização: a fábula (discurso político, aldeia global), a perversidade (os excluídos, os sem-terra, os sem-teto) e a possibilidade (construir um mundo melhor, a humanização, a resistência). E a realidade social representa a fábula e a perversidade, mas sempre existe a possibilidade dos povos se unirem por um mundo melhor.

Os estratos empobrecidos da população não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Os empecilhos não se referem somente às políticas do Estado, como, também, às barreiras sociais. A sociedade se fecha, restringindo as possibilidades de mobilidade socioespacial das pessoas.³ Essa expulsão do homem do campo para a cidade, reforçada por qualificação profissional deficiente e baixo nível escolaridade, faz do desemprego um dos mais graves problemas atuais do Brasil.

O desemprego vem elevando a cada dia o número de pessoas sem teto, sem escola e sem comida. São famílias inteiras nas ruas das grandes, médias e pequenas cidades, “empurradas” por falta de oportunidades e iludidas com falsas perspectivas. A maioria desinstalada geograficamente, moralmente, e com fome: de comida, de trabalho. Ativamente, ou como vítimas, passam a contribuir para elevar os índices de violência, de prostituição, alimentando outras marginalidades sociais.

A problemática do desemprego é um fenômeno global, mas que manifesta suas particularidades no lugar. Considerando Santos (1999), “cada Lugar é, a sua maneira, o mundo”, ou seja, um fenômeno global, manifesta-se também no local. “A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.” (Ibidem:12). Os problemas locais são influenciados pelas decisões globais, aos pobres, aos não-naturais das cidades resta a tentativa de sobreviver, porque bem-estar é algo que vai ficando cada dia um sonho mais distante. O lugar se transforma, através da praxis dos homens, que são totalmente alienados ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnificada e ilusoriamente “promissora”. A busca de um lugar de trabalho, provoca a mobilidade espacial em busca de algo que os homens não sabem onde encontrar, mas que sabem não podem aguardar no meio rural. Incessantemente, os migrantes chegam e partem à procura de trabalho, de “bicos”, de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço.

(...) Severino, retirante, o meu amigo é bem moço, sei que a miséria é um mar largo, não sei como qualquer poço; mas sei que para cruzá-la vale bem qualquer esforço (...) (MELLO NETO, 1997:506).

³ Mobilidade Social define-se aqui de acordo com Sorokin apud LAKATOS (1988:229): “por mobilidade social entende-se toda a passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e estratos sociais”.

3. RELAÇÕES SOCIAIS: O LUGAR, A AÇÃO SOCIAL, A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO, O SUJEITO E O ESPAÇO

É no local que as relações sociais capitalistas se manifestam, reproduzem ou se transformam. O lugar apresenta a dimensão central da vida social. O lugar de vida e de trabalho, esta é a busca constante dos migrantes rurais. Todos partem e chegam à procura de um lugar onde se possa encontrar condições dignas de vida.

Para Milton Santos, existem lugares globais simples e lugares globais complexos. A cidade grande é onde se instala a técnica, a modernidade, mas é o “espaço onde os fracos podem subsistir”, (SANTOS,1999:258). No lugar, está o global e o local, o particular e o geral. É onde as ações sociais racionais apresentam-se e os sujeitos produzem os fenômenos sociais no espaço. De acordo com Weber, todo o fenômeno social refere-se às ações que os constituem: “A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras”. (WEBER,1999:139).

São as ações sociais de vários que irão proporcionar as relações sociais: “Por relação social deve-se entender uma conduta de vários - referida reciprocamente conforme seu conteúdo significativo, orientando-se por essa reciprocidade,” (WEBER,1999:142). O conteúdo significativo das relações sociais baliza a reprodução das relações. Portanto, as relações sociais tornam-se a produção e re-produção das relações de mercado. Uma relação social capitalista é:

(...) uma relação, ao mesmo tempo, aparentemente igual entre pessoas iguais, mas que produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, que são o salário e o lucro (o valor a mais criado pelo trabalhador e que não fica com ele, a chamada mais-valia) personificado por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista,(1995:155).

As relações capitalistas geram as desigualdades sociais, perpetuando a antiga relação de dominados e dominantes, segregando o espaço. Levando ao conceito do espaço, de acordo com Lefebvre:

(...) do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos...não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (Lefebvre apud CORREA,1995: 25).

Esta concepção de espaço, como campo social, permeia grandes distorções entre classes e onde a priorização das relações de produção valorizam os mecanismos de poder que sustentam uma minoria em condições de extremo bem-estar.

(...) não pode haver re-produção das relações sociais nem por simples inércia, nem por recondução tácita. Esta re-produção não se dá sem modificações que excluem tanto o processo automaticamente reprodutivo no interior do modo de produção constituído (sistema) como a eficácia imediata de um “núcleo gerador”. As contradições também se re-produzem, não sem modificações. Antigas relações há que degeneram ou se dissolvem (por exemplo: a cidade, o natural e a natureza, a nação, a miséria quotidiana, a família, a cultura, a mercadoria e o “mundo dos signos”). Outras há que se constituem de maneira que há produção de relações sociais no seio da re-produção (por exemplo: o urbano, as possibilidades do quotidiano, o diferencial). Estas novas relações emergem no seio das que se dissolvem (...) É a marcha específica das contradições ampliadas. Ampliadas — a quê? Ao espaço. Ao mundo: ao mundial. (LEFÉBVRE: 1999:252).

As contradições da re-produção das relações sociais, causam modificações na paisagem local e global, as modificações no espaço em função dos sujeitos sociais irão determinar a manutenção ou a transformação do espaço social. Portanto, são os sujeitos sociais que irão implementar a realidade social.

O sujeito é o desejo do indivíduo de ser ator. A subjetivação é o desejo de individualização, e esse processo pode desenvolver-se apenas se existir uma interface suficiente entre o mundo da instrumentalidade e o da identidade (...) se produz uma dupla exclusão, em relação ao meio de partida que se afasta e ao meio de chegada que se recusa a integrar o recém-chegado (TOURAINÉ,2000:86).

O sujeito, através de sua ação social racional, manifesta no lugar, modifica o espaço e transforma as relações sociais em relações sociais de produção. E, nesta paisagem de mercado, impera os competentes e os não-competentes. Os sujeitos oriundos do campo são considerados incompetentes e ficam fora do mercado de produção.

O espaço vivido das relações sociais de produção e reprodução do capital imobiliza grande parte da população, fazendo com que a mobilidade espacial e ocupacional sejam sempre transitórias. Dentro deste contexto turbulento, inconstante e de “falsa aparência” da culpa dos próprios trabalhadores por não terem acompanhado a modernização tecnológica no campo e não possuírem qualificação profissional necessária na cidade, faz com que seja emergente uma revisão das políticas públicas de desenvolvimento do meio rural, bem

como políticas públicas de emprego e renda, principalmente nas regiões consideradas como exportadoras de força de trabalho, hoje trabalhadores completamente descartáveis.

É dessa maneira que se prepara uma sociedade de escravos, aos quais só a escravidão conferiria um estatuto. Mas para que se entulhar de escravos, se o trabalho deles é supérfluo? Então, como um eco àquela pergunta que “emergia” mais acima, surge outra que se ouve com temor: será “útil” viver quando não se é lucrativo ao lucro? (FORRESTER,1997:15).

No Brasil, as políticas públicas implantadas confluem para disparidades econômicas e sociais entre regiões. O controle territorial de populações visa progressivamente à desocupação e não ocupação de território, produzindo uma população de trabalhadores errantes. Modelo disto é a região do semi-árido brasileiro que convive com riqueza de poucos e pobreza da maioria da sua população. O Polígono das Secas (ocorrência de secas periódicas) faz parte do semi-árido brasileiro (que representa 18 % do território nacional). A área do Polígono das Secas é estimada em 1.083.709,7 Km². Engloba a região Nordeste do Brasil e o Norte e Nordeste de Minas Gerais, sendo, portanto, regiões beneficiadas com políticas públicas que tentam enfrentar as longas estiagens e o permanente movimento migratório de sua população.

4. O NORTE DE MINAS GERAIS: REGIÃO MINEIRA DO NORDESTE

O Norte de Minas Gerais é considerado como área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como sua realidade socioeconômica, que corresponde à pobreza dos Estados nordestinos.

No final dos anos 50, com a intervenção do Estado, através do investimento no problema da seca foi que se efetivaram estratégias governamentais de combate ao “subdesenvolvimento” das regiões atingidas: o Nordeste do Brasil e o Norte e Nordeste de Minas Gerais.

A SUDENE, hoje ADENE — Agência de Desenvolvimento do Nordeste, foi parte de uma política pública que visava ações que possibilitassem o desenvolvimento do Nordeste e Norte de Minas Gerais, e possuía dois objetivos principais: “coordenar a ação do governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região”. (RODRIGUES, 2000:119)

Com o regime militar, a SUDENE e demais órgãos de fomento desviam seus objetivos e direcionam suas ações para a “valorização do grande capital” (Ibid.:170). É o momento dos programas localizados, com público alvo de pequenos produtores. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor — PAPP — financiado pelo Banco Mundial, é um exemplo de um destes programas específicos. O PAPP visava ao fortalecimento da pequena produção através do associativismo e cooperativismo, com o atendimento de demandas locais e política de emprego e renda para e nas localidades rurais. Os trabalhadores, através de suas representações, votavam nos projetos prioritários, mas o caráter assistencialista do programa foi aos poucos desarticulando os trabalhadores e concentrando o poder decisório nos técnicos do Estado, responsáveis pela execução e avaliação do mesmo.

A política pública para desenvolvimento da região não tem demonstrado eficiência, uma vez que as empresas que se instalam na região, motivadas pela isenção de impostos e demais facilidades oferecidas pelo Estado, ficam nos municípios norte-mineiros por período determinado (enquanto vigoram os incentivos fiscais) e depois partem para outras regiões do país.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano —para a região verifica ainda índices que constata que a região continua entre as mais pobres do país. Afirma a Fundação João Pinheiro que: “As piores condições de vida do Estado concentram-se nos municípios das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e são similares aqueles prevalentes no Nordeste brasileiro”. (FLP,1996:22-23)

Os projetos localizados e direcionados pelo Estado em parcerias com organismos internacionais de capitais não irão modificar estruturas sociais tradicionais. Para Celso Furtado (1981), é necessário entender as causas, para se atuar no local, percebendo todas as dimensões globais dos fenômenos sociais.

Os dados de IDH para o Norte de Minas revelam aspectos que devem ser ressaltados: como o avanço significativo que a população experimentou com relação à esperança de vida ao nascer. Entre 1960-1970, o residente na região vivia, em média, apenas 56,2 anos, e, na década seguinte, 63,7 anos, esperança de vida superior à média do Nordeste (59,1 anos). Nos mesmos períodos, o indicador de mortalidade infantil também apresentou melhorias. O avanço na educação também é bastante significativo. Segundo OLIVEIRA (2000:81), o índice de analfabetismo em 1980 era, para a região, de 45,27%, parecida com

a do Nordeste e em Montes Claros a taxa era, na mesma época, de 22,17%. De 1970 até 1991, observa-se que a taxa de crescimento da população urbana evoluiu em nível bem superior à rural. Em 1970, o contingente urbano era de 27,6% da população total; em 1991, alcançou 54,7%, evidenciando o rápido processo de urbanização da região.

É o Norte de Minas Gerais considerado um dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Os trabalhadores sazonais, em sua maioria, são transportados em condições irregulares e com míseros salários. Muitos são mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como “exército de reserva” de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem, muitos permanecem em Montes Claros, que, de cidade de passagem para o Sul, torna-se centro receptor de migrantes rurais.

A realidade destes migrantes que permanecem em Montes Claros demonstra que a eles são oferecidas as piores vagas de emprego em função da baixa qualificação. Aqueles que conseguem ascensão social e econômica geralmente concentram-se no setor de comércio e serviços⁴.

Ao migrante sempre fica o desejo de que, neste “novo” lugar, agora na sua própria região haverá novas oportunidades. As expectativas se foram, fica a esperança.

⁴ De acordo com dados da pesquisa de campo que está sendo realizada em Montes Claros para fins de obtenção de título de Mestre na Universidade Federal de Uberlândia.

5. MONTES CLAROS: A MIGRAÇÃO MUDA DE ROTA: ENTRE CONTINUAR E PERMANECER — DA CIDADE DO SERTÃO PARA O CENTRO REGIONAL URBANO

Que beleza, Montes Claros,
Como cresceu Montes Claros.
Quanta Indústria em Montes Claros.
Montes Claros cresceu tanto,
Ficou urbe tão notória,
Prima-rica do Rio de Janeiro
Que já tem cinco favelas
Por enquanto, e mais promete.
Carlos Drummond de Andrade

As migrações Norte Mineira e Nordestina para o Sudeste ocorriam no período de 1930-1940 de duas formas: 1º- através da “estrada líquida”, ou seja, o Rio São Francisco; 2º- através da cidade de Montes Claros, que já era o maior ponto de concentração de trabalhadores com destino ao Sul do país. De acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de 1941, os municípios de Urandi e Condeúbas, no Estado da Bahia, eram os principais municípios que exportavam trabalhadores, principalmente para São Paulo, através de Montes Claros:” (...) nesta cidade, não só se modificam os meios de locomoção, como também o indivíduo migrante começa a receber a assistência por parte do governo. (DANTAS,1941:84).

O trabalhador que se desloca para Montes Claros parte de sua localidade para uma outra próxima, onde se reúne com uma maior quantidade de trabalhadores e continuam a viagem, alugando caminhões para levá-los para a cidade. A viagem era feita sempre de forma muito desagradável, tumultuada e perigosa, conforme relatos na Revista do Boletim de Serviço de Migração e Colonização (1941). No trajeto, costumavam pernoitar em barracões rústicos. Nessa época, as migrações ocorriam com grupos numerosos de famílias. Quando chegavam a Montes Claros, os migrantes ficavam em pensões, quartos alugados ou mesmo em copas de árvores, enquanto aguardavam a ida para São Paulo.

Há casos ainda, especialmente em Montes Claros, em que os trabalhadores alugam por alguns tostões a sombra de árvores situadas nos quintais das casas, a fim de não ficarem inteiramente desabrigados, (DANTAS,1941:86).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas migrações para o Sul. O campo se esvaziou. Montes Claros, além de cidade-rota para a migração, começa a receber também seus novos cidadãos.

No período de 1970 a 1996, a população urbana de Montes Claros aumentou 297%, a população rural diminuiu drasticamente em 59% confirmando a hipótese de que a modernização agrícola proposta com estratégia governamental para o meio rural não atendeu à população de pequenos produtores, trabalhadores do campo, pressionando para que deixem o meio rural e sejam levados a “caminho da cidade”.

Uma população que cresce demasiadamente em função do deslocamento dos trabalhadores que, para seguirem a rota do Sul do país, passam por Montes Claros, e muitos ficam na cidade, fazendo com que a mesma funcione como cidade “dique”, que faz com que os migrantes não prossigam a viagem para as capitais e permaneçam na região, agora na cidade que se torna Centro regional.

É em Montes Claros que se concentram os melhores indicadores de qualidade de vida da região, embora continue com índices baixos quando comparados com outras cidades/pólo do Estado. “Do total das famílias montes-clarense, 28,1% podiam ser consideradas pobres em 1980, e 15,49% numa situação de indigência”. (OLIVEIRA,2000:97). Depoimentos de pessoas da família ou amigos que vieram para a cidade incentivam que novos migrantes venham, fazendo com que haja uma rede de informação que funcione também para receber em suas casas os novos moradores e apresentá-los à cidade.

A ação do Estado incentiva a migração do homem do campo para a cidade, uma vez que na cidade está a escola, o emprego, o médico, enfim, a melhoria de vida, enquanto no campo os grandes projetos de irrigação e reflorestamento concentram as terras e liberam famílias inteiras de trabalhadores rurais para a incessante busca de oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Os migrantes rurais, em Montes Claros, transformam o espaço urbano, trazem uma grande diversidade cultural, introduzem costumes, modificam valores, participam da vida política, fazem história, mas permanecem à margem, em sua maioria, do mercado de trabalho. Empregadas domésticas que trabalham pela comida e moradia, trabalhadores da construção civil com precárias condições de trabalho, são alguns dos muitos exemplos

encontrados em depoimentos de trabalhadores rurais no SINE — posto de Montes Claros.⁵

Analisando os dados do Sistema Nacional de Emprego — SINE/ Montes Claros, constata-se o intenso aumento em busca de vagas e emissão de carteiras de Trabalho, requerimento de seguro desemprego e o decréscimo do número de vagas, balizando a hipótese de que o intenso fluxo migratório transforma as relações de trabalho, uma vez que grande parte dos que chegam, por falta de escolaridade, oportunidade e poder econômico passam a fazer "bico" e engrossam o mercado informal. A demanda por serviços no meio urbano aumenta, mas os dados demonstram a falta de eficiência e eficácia do programa SINE, que é o eixo principal da Política Pública de Emprego e Renda no país, financiado com recursos do trabalhador através do FAT — Fundo de Amparo ao trabalhador.⁶

Os números da Tabela 2 demonstram a intensa procura por trabalho e um número irrelevante de colocados. No ano 2000 foram 6.164 inscritos, 5.280 requerentes por seguro desemprego e 1302 vagas anunciadas. Entre migrantes rurais e não migrantes todos em busca de trabalho, somente 265 destes foram colocados no mercado de trabalho.

Tabela 2

DADOS REFERENTES AO ATENDIMENTO DO SINE/MONTES CLAROS						
Ano	Inscritos	Vagas	Colocados	Encaminhados	Requerentes	CTPS
1995	1.539	843	177	1.143	1.141	3.325
1996	683	580	200	726	1.897	3.288
1997	900	476	183	610	1.180	2.140
1998	1.905	418	219	831	1.660	4.906
1999	3.888	774	260	1.272	4.886	7.600
2000	6.164	1.302	265	3.874	5.280	8.315

Fonte: SINE/Montes Claros – junho/2001

⁵ O Sistema Nacional de Emprego foi criado em 8 de outubro de 1975, através do Decreto Lei N.º 76.409, ratificado na Constituição Federal de 1988, artigo 22, inciso XVI. A implantação, em Minas Gerais, ocorreu em 1977. De lá para cá muita coisa mudou, com os serviços cada vez mais informatizados e o atendimento ampliado e modernizado. Atualmente, há 59 postos no Estado de Minas Gerais. Dentre suas linhas de ação do SINE, destaca-se o Programa de Intermediação de Emprego. O serviço oferece aos trabalhadores desempregados, por meio de colocação, "recolocação" e qualificação, possibilidades no mercado de trabalho

⁶ Conferir em AZEREDO, Beatriz; TEIXEIRA, Aloísio. Impactos sobre o emprego dos Programas apoiados pelo FAT. In: POSTHUMA, Anne Caroline (org). *Abertura do mercado de Trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo: ed. 34, 199. p. 295-322.

Hoje, Montes Claros possui boa infra-estrutura de serviços de saúde, educação, serviços públicos, e, por isso continua sendo referência para toda a região Norte Mineira, bem como também para o Sul do Estado da Bahia. As políticas públicas desenvolvimentistas incentivaram o crescimento e urbanização de algumas cidades, mas não levaram ao desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil hoje é uma nação urbana, em decorrência das migrações. Se em outras décadas os migrantes encontravam apoio e incentivo para deixarem seus municípios de origem, agora, a mobilidade espacial é, a todo o momento, “barrada”. As cidades montam fronteiras, barreiras, para não receberem os migrantes. E estes, quando “conseguem chegar”, são incentivados a prosseguirem, através da concessão de passagens pelo próprio poder público (municipal, estadual), no intuito de que não permaneçam ali:

(...) ninguém quer mendigos ou biscateiros em nossa cidade, então auxiliamos com a passagem para eles continuem viajando, às vezes não temos passagem para a cidade que ele quer ir, então encaminhamos para uma próxima.⁷

A consolidação do agrobusiness não reduziu a migração rural, não beneficiou os pequenos produtores e não diminui as disparidades econômicas, sociais no campo e muito menos na cidade. A industrialização do campo não modificou as relações de dominação do capital, e subordinou as populações rurais na cidade a condições precárias de vida. As políticas públicas viabilizadas no espaço urbano não auxiliam a integração do migrante rural ao mercado de trabalho. São velhos problemas enfrentados no meio rural que tiram o homem do campo e são novos problemas que enfrentam na vida urbana.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial... este processo dialético, longe de ser elucidado, está também longe de ter terminado(...)” (LEFEBVRE, 1991: 9).

São muitas as falas dos trabalhadores rurais, homens, mulheres, famílias inteiras que migram para Montes Claros em busca de melhoria de vida, que sempre quer dizer trabalho, fator sempre almejado como fator de resgate da cidadania. No início deste artigo, relatou-

⁷ Depoimento de uma técnica da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esporte de Minas Gerais/SEDESE em MOC.

se a história do Sr. José, uma história como outras de tantos Josés do nosso sertão mineiro. “É dona de esperança a gente vêve, de expectativa não”. As expectativas das políticas públicas rurais não se cumpriram, deslocando famílias inteiras para as cidades, na busca da esperança. Esperança de sobrevivência dia após dia. Para o professor José Souza Martins, a “esperança só é como possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns”, (2002:12). Que todos os trabalhadores rurais, meeiros, posseiros, pequenos produtores, famílias camponesas, trabalhadores sazonais, possam ter esperança em uma ampla e real reforma agrária e que na cidade tenham também o respeito e as possibilidades dos cidadãos que constituem o espaço urbano. Dizia Guimarães Rosa: “é preciso sair do sertão, mas só se sai do sertão, tomando conta dele adentro”., que os migrantes rurais consigam sair do sertão da miséria e possam tomar conta do sertão, através do acesso à terra, à educação, à saúde, enfim, à “melhoria de vida”. *Que seja um estado de esperança de todos nós, sertanejos!*

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste E A Questão Regional*. São Paulo: Ática, 1988.

BECKER, Olga Maria Dchild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato (org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DANTAS, Humberto. Movimento de Imigrações Internas em Direção do Planalto Paulista. *BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO*. São Paulo, Sec. da Agricultura Ind. e Comércio do Estado de São Paulo, N°3,1941.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

FERNANDES, Mançano Bernardo. *Brasil: 500 anos de Luta pela Terra*. Disponível em <<http://w.w.w.culturavozes.com.br/revistas>>. Acesso em 4 maio. 2001.

Fundação João Pinheiro/IPEA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais- 1970-1980-1991*. FJP/IPEA. Belo Horizonte. Dez/1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Disponível no Site IBGE/*idades*<<http://www.ibge.gov.br/ibge/default>> acesso em 10 de maio de 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, *Censo Demográfico*, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.

LEFEBVRE, Henry. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21. ed. São Paulo: LTC, 1999.

MARTINS, José Souza. *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*. 2. ed. Petrópolis: VOZES, 1988.

MARTINS, José Souza. *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, José Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José Souza *A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELLO NETO, João Cabral. *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANTOS, Milton. *O Lugar e o Cotidiano*. 1999. Disponível em: <<http://terravista.pt/copacabana/3103/artigos/milton/lugar>>, acesso em: 12 out.2000.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SORJ, Bernardo. O Novo Padrão de Desenvolvimento Agrícola: Caráter da Intervenção Estatal In: _____. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.67-117.

TOURAINE, Alain. *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). 2. ed. *Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas*. Passo Fundo: Ediupe, 1999.

WEBER, Max. Ação Social e Relação Social. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21. ed. São Paulo: LTC, 1999.